



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 164742-9/03 - Recife (4ª Vara Cível)

Embargante: Gilmar Mergulhão Bezerra

Embargado: M.V Costa Autopeças Ltda


Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO PURAMENTE PROCRASTINATÓRIO. MULTA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. O órgão julgador não está obrigado a acatar todos os argumentos do recorrente e, muito menos, forçado a analisar ponto a ponto suas alegações, bastando, para o ofício, decidir ou utilizar os fundamentos que entender suficientes para o deslinde da causa. Ausentes as hipóteses o art. 535 do CPC, não há como prosperar o inconformismo.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Presidente e Relator



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 164742-9/03 - Recife (4ª Vara Cível)

Embargante: Gilmar Mergulhão Bezerra

Embargado: M.V Costa Autopeças Ltda

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Gilmar Mergulhão Bezerra**, contra acórdão lavrado à vista do julgamento do recurso de agravo nº 164742-9/02, em que são partes o embargante e **M.V Costa Autopeças Ltda**, ora embargada.

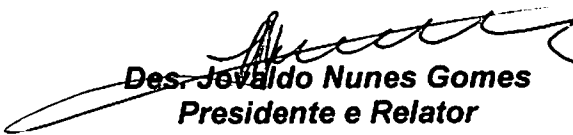
A decisão embargada manteve a interlocutória do 1º grau que deferiu liminar nos autos da *Ação de Reintegração de Posse*, promovida pela M.V Costa Autopeças Ltda contra Gilmar Mergulhão Bezerra, no sentido de reintegrar a embargada na posse do imóvel objeto do litígio.

Alegou o embargante que o acórdão foi omisso na medida em que não se pronunciou sobre o argumento levantado a respeito da ausência dos requisitos para a concessão da liminar reintegratória, motivo pelo qual, portanto, é de se dar provimentos aos presentes aclaratórios.

Pugnou pelo conhecimento e provimento dos aclaratórios.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Presidente e Relator



Quinta Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 164742-9/03 - Recife (4ª Vara Cível)

Embargante: Gilmar Mergulhão Bezerra

Embargado: M.V Costa Autopeças Ltda

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## VOTO

Eis o teor do acórdão impugnado:

*"EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO CAPUT DO ARTIGO 557 DO CPC. PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO DA LIMINAR POSSESSÓRIA. MANUTENÇÃO DA INTERLOCUTÓRIA. AUSÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS INDICATIVOS DE MUDANÇA DE POSICIONAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. É de se manter a decisão liminar proferida em sede de Ação de Reintegração de posse quando presentes os requisitos necessários à providência requerida."*

Como dito no relatório, o embargante alegou que o acórdão foi omissivo na medida em que não se pronunciou sobre o argumento levantado a respeito da ausência dos requisitos para a concessão da liminar reintegratória, motivo pelo qual, portanto, é de se dar provimentos aos presentes aclaratórios.

Ocorre que tal matéria foi efetivamente enfrentada no voto condutor deste acórdão. Passo a transcrever a parte que interessa da decisão (fls. 240/244 do recurso de agravo em apenso):

*"Compulsando os autos não vislumbro razões para reforma da decisão recorrida, eis que, existe indicação expressa de área tida como "livre" na planta acostada às fls. 59 e 218, área essa, portanto, de uso comum dos condôminos do conjunto comercial. Esse documento - planta do imóvel - não tendo sido contestada sua veracidade, por si só, afasta o argumento do agravante de que não existe área comum no imóvel."*

*Ressalte-se, ainda, que referida área comum não induz a procedência dos argumentos do autor/agravado, indicando, apenas, a verossimilhança de suas alegações."*

*Para a correta apuração da ocorrência ou não do esbulho possessório alegado deve-se ter, indiscutivelmente, indicação de perito que delimite acertadamente os limites de cada propriedade, o que, nesse juízo de cognição sumária, sem ampla dilação probatória, não é possível."*

*Ademais, consultando o andamento da ação da qual se originou a decisão recorrida, constata-se que o juiz, em audiência de instrução e julgamento realizada no dia 08/04/09, já nomeou perito judicial para que fosse produzida a referida prova."*



*Dessa forma, entendo que os requisitos para a concessão da liminar de reintegração de posse foram corretamente apreciados pelo juízo a quo, estando, portanto, em consonância com as decisões desta colenda Corte:*

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE LIMINAR EM MEDIDA CAUTELAR. PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO DA CAUTELA. MANUTENÇÃO DA INTERLOCUTÓRIA. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. É de se manter a decisão liminar proferida em Medida Cautelar quando presentes os requisitos necessários à providência requerida. (Agravado de Instrumento nº 87820-4, 5ª Câmara Cível, julgado em 03/10/2007)."*

*No mesmo sentido, esta Egrégia Corte: Embargos de Declaração nº 107093-5/02, Relator Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, 6ª Câmara Cível, julgado em 03/07/2006; Agravo de Instrumento nº 53769-1, Relator Des. Freitas Medeiros, 3ª Câmara Cível, julgado em 20/06/2000.*

*Ante o exposto, NEGOU SEGUIMENTO ao presente agravo, mantendo, assim, a decisão recorrida, o que faço com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco."*

A decisão recorrida, conforme se extrai da simples leitura da ementa acima transcrita, efetivamente enfrentou o objeto do recurso, de forma que não há qualquer omissão a ser sanada.

Em sendo assim, não observo, pois, por ocasião do julgamento deste recurso, qualquer alegação que possa modificar o entendimento esposado na decisão combatida.

O que efetivamente pretende a embargante é rediscutir a matéria, pois, a omissão apontada não existe. O seu proceder tem caráter puramente procrastinatório, merecendo, portanto a reprimenda prevista no artigo 538 do CPC.

Ante o exposto, voto no sentido conhecer e rejeitar os embargos opostos, aplicando a embargante a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, o que faço com fundamento no artigo 538 do CPC.

É como voto.

  
**Des. Jovaldo Nunes Gomes**  
**Presidente e Relator**